

ENTREVISTA

EULÁLIA LAHMEYER LOBO

Por *Cezar Honorato**



Foto: Carmen da Matta

O Rio de Janeiro, ainda cantado em prosa e verso pela nossa música popular, foi cenário e objeto de pesquisa de Eulália Lobo. A descoberta da cidade como centro de suas preocupações intelectuais ocorreu ao mesmo tempo que essa carioca mais se internacionalizava. Nascida em Botafogo, teve uma educação refinada e foi uma das pesquisadoras que mais se deteve na análise do movimento operário, da pobreza e da formação dos bairros populares. Alguém que se sente bem nos vários espaços sociais: como Professora Emérita da UFF e da UFRJ e como *flâneur* da Gamboa e de outros bairros populares. Alguém que admite uma certa “irresponsabilidade” de continuar a se deslocar pela cidade e de amá-la, apesar do medo presente. Em seu apartamento no Jardim Botânico, Eulália, mais do que nos receber com a sua conhecida generosidade, transportou-nos para o seu mundo e o de nossa cidade.

* Colaborou: Lana Lage (Professora Titular da UENF).

ENTREVISTA

RRJ – A senhora nasceu no Rio de Janeiro?

EL – Sou carioca, de Botafogo.

RRJ – Como era ser criança no Rio de Janeiro?

EL – Fui uma pessoa privilegiada. Nasci numa casa que hoje é a Casa Brasil-Estados Unidos, situada na Rua Visconde de Ouro Preto, 36, em Botafogo. Naquele tempo, era uma casa bonita e ainda é até hoje, era ampla, espaçosa, com jardim, tinha pomar, galinheiro. Havia árvores frutíferas, um pé de sapoti altíssimo, uma árvore linda, abacateiro, fruta do conde. Tínhamos espaço para brincar, muitos parentes, primos, um monte de crianças. A casa era muito alegre e atraente. Apesar de estar deformada pelo uso que estão dando a ela atualmente, é ainda bela e sóbria, inspirada um pouco no estilo inglês do século XIX. Meu pai trabalhou na Inglaterra e sofreu certa influência inglesa mesclada a influência portuguesa, que é a origem dele. Na entrada, havia uma porta de madeira e metal trabalhado que dava acesso a uma ante-sala com amplo arco que abria para um *hall*; no fundo do qual via-se um mural retratando as caravelas prestes a zarpar e, na escada, quando se subia o primeiro lance, deparava-se com um vitral, que está lá até hoje, mas meio maltratado. O vitral também figurava uma caravela. Os toques português e inglês na vida de meu pai estavam lá, muito claros, mas harmonizados, de bom gosto. O *hall* dava entrada para as salas de jantar e de estar. O almoço era, no mínimo, para dez pessoas, diariamente.

RRJ – Como era o bairro de Botafogo no seu tempo de menina?

EL – Era muito aprazível. Posso dar um exemplo da própria Rua Visconde de Ouro Preto, em cuja esquina com a Praia de Botafogo erguia-se a Nunciatura, um prédio renascentista lindo, com jardim amplo na frente, muitos passarinhos. Três arcos de pedra embelezavam a fachada. No fundo que dava para o de minha casa, havia um galinheiro e o tucano de meus filhos vivia perseguindo as galinhas da Nunciatura [risos]. Na esquina, do outro lado da rua, avistávamos o Colégio Lafayette, que funcionava em um antigo palacete do tempo do Império. Depois demoliram tudo e construíram lojas precárias, edifícios imensos com mini-apartamentos, blocos de cimento armado. Isso ocorreu também com Copacabana, onde foram construídos edifícios rapidamente, planejados para durar uns dez anos, pois depois desse tempo estariam acabados.

RRJ – A senhora está se referindo a que década exatamente?

ENTREVISTA

EL – Refiro-me às décadas de 1950 e 1960, em torno disso.

RRJ - Nessa época, então, começam a surgir os grandes prédios no Flamengo, em Botafogo, estendendo-se até Copacabana.

EL - Sendo que, no Flamengo, construíram-se prédios novos, com material de construção de qualidade, em sua maioria, até hoje. Em Botafogo, no entanto, foi um segundo momento, em que os especuladores imobiliários queriam ganhar o máximo, quer dizer, derrubar os palacetes e construir edifícios a baixo custo. Há poucos edifícios com bom material e plantas e arquitetura inovadoras na Praia de Botafogo, em geral, são todos com muita profundidade de terreno com centenas de apartamentos mínimos. Uma das poucas casas que perduraram até hoje é a que abriga o Colégio Andrews, uma construção do século XIX.

RRJ – A senhora tem uma relação forte com o Jardim Botânico?

EL – Moro no Jardim Botânico há quarenta e três anos. Bairro que acho muito bonito porque tem muito verde, muita floresta, muito contato com a natureza. Aqui neste prédio, são poucos andares; quatro e um quinto recuado. Ou seja, uma família por andar. Isto é bom porque não se convive com muita disputa em torno do condomínio. Aqui vejo macacos no terraço de trás, mico, macaco-prego, muitos passarinhos, guaxinins. (Por guaxinim eu não sinto muita simpatia.) Mas tenho aqui um bom contato com a natureza. E o barulho fica a uma certa distância, as ruas que sobem o morro não são muito movimentadas, terminam na floresta.

RRJ – Quando a senhora mudou-se para o Jardim Botânico, podia-se avistar a Lagoa. A senhora acompanhou esse processo de verticalização do bairro?

EL – Este processo agora está intenso, inclusive, ficou um caos, construção para todos os lados; estão destruindo este mês duas casas na curva do caminho para fazer um prédio enorme com cascata, bosque. Vai ser um pouco como a casa da Dinda, com certeza [risos]. Eram construções, não do porte de Botafogo, mas mais modestas, com prédios de três andares, compatíveis com a largura da rua, com o espaço disponível entre o morro e a Avenida Jardim Botânico de um lado e do outro lado, até a Lagoa, de modo que os prédios eram proporcionais ao espaço disponível, eram mais harmônicos. Felizmente, moro na Zona R, de preservação ambiental. Por exemplo, no prédio

ENTREVISTA

em que a construção será do tipo da casa da Dinda, a entrada de garagem é subterrânea; este tipo não é permitido na Zona R. Estou no limite entre a Zona R e a Zona Livre.

RRJ – Quando a senhora e sua família vieram para o Jardim Botânico, o bairro era tão valorizado como é hoje? Era um bairro de origem operária, por conta da fábrica. Como era essa relação do bairro naquele tempo e atualmente no Rio de Janeiro?

EL – O Jardim Botânico era um bairro operário, tanto que ainda na Rua Jardim Botânico encontra-se muita construção modesta, pequena e há uma vila operária que fica na Rua Pacheco Leão, habitada por mestres, uma categoria um pouco acima de operário. As casas operárias daquela época eram de muito bom padrão. Os dispositivos municipais no fim do século XIX obrigavam as casas operárias a obedecerem certos padrões. O grande construtor da época chamava-se Evonéas. Tanto que essas casas operárias passaram a se chamar Evonéas por causa do nome do engenheiro.

RRJ – A senhora se refere a que fábrica?

EL – Essa fábrica acabou. Fica justamente no fim desta rua [Rua Senador Simonsen]. Se você entrar no mato, numa parte em que não se permite o acesso, de uns tempos para cá, pode ver as ruínas da fábrica, o aqueduto. As fábricas eram localizadas em função da água. No início da industrialização no Rio, as principais fábricas eram as de tecido, como em geral aconteceu no mundo inteiro. [A principal era a Fábrica Corcovado, que depois foi incorporada pela América Fabril. Hoje, o local é sede da Rede Globo.]

RRJ – O Jardim Botânico era um bairro com traços de população operária e de classe média modesta...

EL – Mas existiam também muitas fazendas. Aquele prédio que restauraram dentro do Jardim Botânico era uma antiga fazenda de cana-de-açúcar. A Lagoa Rodrigo de Freitas começou a ser povoada a partir da usina de cana.

RRJ – Hoje, o Jardim Botânico é um dos bairros mais valorizados do Rio de Janeiro, embora esteja virando corredor para a Barra da Tijuca.

EL – Este é o meu receio. Isto foi o que aconteceu com Botafogo, que virou corredor entre o Centro e a Zona Sul. Aqui as autoridades debateram muito, o arquiteto Sérgio Bernardes propôs abrir um

ENTREVISTA

caminho pela encosta da montanha, em uma altura que não prejudicasse a floresta. Não vingou o projeto, mas eu tenho muito medo de que tais projetos venham a depredar uma mata muito preservada. Numa área estreita, situada entre a Lagoa, a mata e a montanha.

RRJ – Antes da construção do Túnel Rebouças, o Jardim Botânico era uma área à margem do morar bem no Rio de Janeiro?

EL – No tempo da fundação da cidade, os “homens bons” moravam sempre junto à praça principal. Na maioria das cidades do mundo, o centro sofreu um esvaziamento. Recentemente, está havendo uma política de revigorar o centro, mas ainda não na escala necessária. Aqui no Rio, a restauração do Palácio do Vice-Rei está muito bonita. Também a Casa França-Brasil, o corredor cultural do centro, o Centro Cultural Banco do Brasil. Toda essa renovação é um esforço meritório de restaurar a cidade. Parte desta área central está um encanto; mantêm-se as ruas com as casas comerciais típicas dos portugueses. O Rio era uma cidade muito portuguesa. Houve uma imigração maciça de Portugal para o Brasil depois da Independência. A área entre a Praça XV e o Centro Cultural Banco do Brasil [Rua Primeiro de Março] está sendo restaurada com muito bom gosto, estão fazendo um bom trabalho, preservando, evitando os contrastes, mantendo uma harmonia. Aquelas ruazinhas do Centro, as casas de dois andares revestidas de azulejos, com balcões, a Igreja dos Mercadores na Rua do Ouvidor, conservam um grande encanto. Não dá para falar do Rio de Janeiro português sem mencionar o Real Gabinete Português de Leitura. É uma pena o que aconteceu com a antiga catedral; fizeram aquela reforma para ficar ao gosto de século XIX, só que era muito mais bonita antes. No passado, o chique era o Centro e São Cristóvão, que era junto do Palácio do Imperador, onde morava a aristocracia. Nas primeiras fases do Rio de Janeiro, esses eram os pontos preferidos. A Primeiro de Março, por sua vez, era uma grande zona de comércio, muito valorizada. São Cristóvão ainda mantém muito daqueles chalezinhos.

RRJ – Esses chalés de São Cristóvão ainda persistiram porque no Centro basicamente não sobraram casas.

EL – Ali, por trás do Banco do Brasil, na Rua Primeiro de Março, existem algumas ruas que estão em bom estado de conservação: a Rua do Ouvidor, a Rua da Quitanda e outras ruazinhas naquela região. A região que vai do Arco do Teles, a Praça XV, até a parte de trás do Banco do Brasil.

ENTREVISTA

Aquela área toda se preservou. A atual Casa França-Brasil, que é linda, já foi uma Alfândega e depois abrigou um Tribunal de Justiça. O Mosteiro de São Bento...

RRJ – Há também a área em torno da Rua Camerino, próximo à Praça Mauá. Inclusive, seu pai teve comércio ali.

EL – Meu pai teve uma casa na Rua Primeiro de Março. Primeiro, ele foi para uma casa comercial que não era dele, trabalhava como empregado, chegando a ser sócio. A primeira casa foi a Costa Pacheco, na rua do Rosário. Depois, ele montou a casa dele com o sócio, a Siqueira Leite. Na região em torno da Rua Primeiro de Março as casas ainda estão de pé, sempre com aquelas características muito parecidas com as da burguesia comercial de Lisboa. Geralmente, são de dois andares, têm fachadas revestidas de azulejos, balcões de ferro forjado, o telhado de duas águas, são modestas e harmoniosas. Na região da Regente Feijó, da Praça da República, à Praça XV encontram-se várias ruas com esse tipo de habitação que lembra a de Lisboa, inclusive algumas casas de pasto especializadas na comida típica portuguesa, a Igreja barroca do Carmo. A arquitetura é diferente da de São Cristóvão, onde predominam moradias que lembram as da aristocracia rural, refletindo o caráter imperial do bairro e chalezinhos mais modestos, que não são o padrão dominante.

RRJ – Lembramos do Caju, onde se podia encontrar habitações populares, na área em que moravam os trabalhadores do Porto. E o Santo Cristo, outra região operária...

EL – O Santo Cristo é um bairro muito bonito. Muita gente do Rio de Janeiro nem o conhece. A nova geração, a classe média, os adolescentes não sabem que o bairro existe. O Rio de Janeiro histórico, muitas pessoas da zona sul não vão visitar. É muito raro isso acontecer. Apesar da política de valorização do Centro que tem sido feita, das promoções culturais, exposições... Santo Cristo é um encanto.

RRJ – Se formos caminhando da Rua Camerino, por trás da Central do Brasil, vamos nos deparar com um conjunto arquitetônico que termina no Santo Cristo.

EL – O Sérgio Niemeyer Lamarão e outros colaboradores fizeram um documentário excelente mostrando as origens do bairro de Santo Cristo, suas oficinas belíssimas com uso de metal forjado, as escadarias. À noite, podem ser vistas pessoas sentadas na calçada, ouvindo música... Preservou-

ENTREVISTA

se o chorinho. Avista-se dali do alto a Penha, bairro também ligado aos portugueses. A Festa da Penha era de origem religiosa portuguesa, as barracas tinham nomes lusos como a Barraca Camões.

RRJ – E como surgiu a historiadora?

EL – Surgiu muito cedo, porque meu pai tinha muita preocupação de que eu não fosse para uma escola convencional. Ele achava que o ensino era muito rotineiro, baseado na memorização de informação, não despertando espírito criativo. Então, ele teve a preocupação de promover em casa um ensino diferente. Quem o ajudou foi a professora Nair Lopes, uma pessoa fora do comum, inteligente, com muita imaginação. De modo que eu cursei o primário e princípio do ginásio em casa, com os primos e meu irmão. Era um cursinho à parte, algo completamente diferente do programa oficial. O ensino era feito da seguinte maneira: os alunos imaginavam que iam fazer uma viagem; então, tínhamos de escrever cartas dos vários lugares onde supostamente estaríamos, contar as aventuras que quiséssemos, contanto que déssemos informações sobre a extensão do estado, a população, a vegetação, integrando tudo, geografia, história, economia. Tenho ainda esses cadernos porque minha mãe guardou. Havia um do Brasil, com essa visão conjunta. Fazíamos também viagens no tempo, imaginávamo-nos na Síria, na Pérsia etc., vestíamo-nos com roupas que buscávamos para imitar em modelos, em cartões-postais. Podíamos fantasiar as coisas como se fosse uma peça de teatro, contanto que incluíssemos os dados, que estudássemos, pesquisássemos. Era interessante, bem diferente, muito divertido, a gente adorava. Nessa época íamos muito para o sul de Minas. Ah! Também tínhamos uma atividade que parece muito moderna, mas que nós já fazíamos: viagens para o futuro, a gente imaginava como seria o futuro.

RRJ – Quando a senhora ingressou no ensino oficial?

EL – No primeiro ano ginásial enfrentei a maior dificuldade: as provas dos colégios oficiais. No primário não era assim, foi mais fácil, mas no secundário isto era obrigatório, o estudo em colégio reconhecido. Foi complicadíssimo o que meu pai arranjou, uma autorização para que não frequentasse o colégio: ele pagava o colégio e eu só ia fazer as provas. O secundário eu fiz no Colégio Jacobina. Esse método de estudo através da “viagem” me levou muito para a história. Depois, no Jacobina, encontrei uma pessoa que colaborou para que eu unisse o que aprendi na minha infância com o ensino superior: Américo Jacobina Lacombe.

ENTREVISTA

RRJ – Sim, Américo Jacobina Lacombe, um grande historiador...

EL – Um homem de grande conhecimento, muita cultura, de atitudes elegantes, pessoa discreta, com uma cultura ampla, um historiador que se preocupava com as relações internacionais, com a colocação do Brasil no mundo e que desempenhou papéis relevantes no exterior. Ele representava o Brasil em congressos externos em uma época que não havia tantos eventos acadêmicos como há agora. Américo Jacobina era uma das raras pessoas que estavam sempre freqüentando a União Panamericana, que circulava em âmbito internacional. Contudo, ele não se interessava pelas matérias pelas quais eu mais me interessei. Ele se voltava para a questão diplomática, o direito internacional, era uma pessoa conservadora, mas que mantinha uma compreensão abrangente e ótimo didata.

RRJ – E como foi o seu ingresso no ensino superior?

EL – Entrei na faculdade justamente no ano em que o governo promoveu uma reforma no ensino, quando foi criado um período complementar de dois anos depois do ginásio, antes de entrar para a universidade. O ensino superior no Brasil baseava-se nas escolas profissionais. Caberia à recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia introduzir o conceito de universidade. O Governo de Getúlio Vargas implementou essa política educacional, liquidando com a proposta de Anísio Teixeira, a Escola Nova. Foi uma época de contradição, mas que ficou menos visível porque contava-se com muitos professores estrangeiros convidados que não estavam filiados a essa discussão.

RRJ – Desses estrangeiros que estavam no Brasil na década de 1940, qual deles a senhora mais recorda?

EL – Antoine Bon. Mas quem me preparou para o vestibular foi o Américo Jacobina. Fui na casa dele, no Cosme Velho, e perguntei se ele poderia me preparar para as provas dali a dois meses; por isso ele teve um papel muito importante para mim. Ele foi a primeira pessoa a me visitar quando eu fui expulsa da Faculdade de Filosofia.

RRJ – Expulsa?

EL – É. Eu fui expulsa da universidade [risos].

ENTREVISTA

RRJ – A senhora foi uma das primeiras catedráticas do Brasil, até os anos 50?

EL – A maioria dos professores da Faculdade de Filosofia não eram formados em História, pois não havia essa habilitação, que estava ainda sendo criada. A maioria do corpo docente era graduado em Direito, e autodidatas em História. A oferta de bolsas de pesquisa e a promoção de eventos acadêmicos eram escassas até a década de 1950; Capes, CNPq ainda não existiam. O objetivo primordial da FNFi era o de formar professores para o ensino secundário.

RRJ – A senhora fez concurso para a Cátedra de História da América, algo inusitado na década de 1950. Primeiro, uma mulher fazer concurso para a cátedra; segundo, a senhora era muito jovem e a cátedra significa o topo da carreira acadêmica; terceiro, concorreu em uma área que não tinha ainda tradição no Brasil – História –, muito menos em História da América.

EL – É verdade. Não havia mesmo uma tradição construída. Quanto à História da América, havia uma atitude do Estado brasileiro de dar as costas para o Pacífico; o pólo de atração era o Atlântico, o luso-tropicalismo. O meio acadêmico, os militares, a alta burocracia tendiam a exaltar a singularidade do Brasil e o seu “destino manifesto”, a liderança. Tendíamos a nos considerar mais adiantados econômica, social e culturalmente do que a América Latina, e diferentes; queríamos ser diferentes. Os militares tinham essa forte tradição; e os governos militares recentes tinham uma visão antagônica da América Latina, estavam voltados para o Atlântico afro-luso-brasileiro, e valorizavam o intercâmbio com as colônias da África.

RRJ – Falando em governos militares, sabemos que a senhora sofreu perseguição política como professora catedrática. Esta triste história do país já foi registrada por vários historiadores, mas gostaríamos de resgatar um aspecto dela. Como analisar o fato de uma cidadã nascida e criada no Rio de Janeiro, como é o seu caso, ser de repente tirada da cidade e não encontrar outra saída a não ser a ida para o exterior?

EL – Não fui formalmente expulsa. Saía e voltava para o Brasil. Houve todo um momento de euforia, quando fiz o concurso para a Faculdade Nacional de Filosofia. Nos anos 60, considerava-se que o Brasil ia progredir, que estava assegurado um futuro brilhante, era a visão que predominava. Eram necessárias mudanças na sociedade, mas não havia o perigo de o Brasil ficar subdesenvolvido, porque entre outros fatores dispunha de abundantes recursos naturais. Essa

ENTREVISTA

perspectiva também se encaixava naquela visão otimista do evolucionismo. A maioria das escolas de pensamento na época era evolucionista. O Brasil era um bom candidato a alcançar a sociedade ideal porque contava com algumas precondições favoráveis; a maior reserva biovegetal do mundo, uma extensão de meio continente, rios, praias, ausência de terremoto, restritas terras áridas... Surgia o ufanismo do trópico, até então criticado. Lembro-me que a Missão Francesa tinha uma visão do trópico negativa. Nessa época, desenvolveu-se uma visão positiva do trópico como um lugar de exuberância, de abundância (aliás, no Pantanal tem-se essa impressão: parece um paraíso terrestre onde se pode viver do extrativismo, caça, pesca, coleta milagrosa...) Essa perspectiva retoma as tradições indígenas da lagoa de Xaraiés, o indigenismo, o luso-tropicalismo. No pensamento de Josué de Castro, na geografia da fome, já se pensava em eliminar a fome – e ainda estamos falando nela, até hoje... Havia uma expectativa, nacional e internacional, um consenso difuso de que estava garantido um futuro brilhante para o Brasil. eu estava vivendo no meio desse clima, dessas idéias positivistas e evolucionistas. O próprio Marx previa uma sociedade ideal, que se enquadra dentro de uma linha evolucionista.

RRJ – E o exílio, em que ano foi?

EL – Depois da chamada “Revolução de 1964”, depois do AI-5. Aparentemente, num primeiro momento, ainda com o Castelo Branco; as intenções de quem não pareciam tão radicais; pensava-se ser possível voltar rapidamente a “democracia”. O Brasil manteve a tradição de golpe de Estado, na qual se suspende temporariamente a democracia, para depois recolocá-la no cenário político. Ninguém imaginou, a não ser os próprios militares e seus aliados, que a ditadura militar pudesse demorar tantos anos. Pensava-se que seria um golpe de quatro ou cinco anos no máximo, depois se voltaria ao normal. Seria possível resistir dentro da universidade. Castelo Branco, então, se instalou no poder e houve uma perseguição aos professores e alunos, um controle, uma censura, uma pressão. Não fomos expulsos logo da universidade, nem aqui, nem em São Paulo, nem no país inteiro. Colocaram-se bombas, no IFCS, em Botafogo... Uma bomba explodiu à noite no jardim do IFCS. Eu, Bruno Alípio Lobo e Gilberto Velho fomos tentar impedir, mas somente nós, e o porteiro estávamos lá no meio da noite, alertados por Marina São Paulo Vasconcelos... Houve uma tentativa de impedir a invasão da polícia, do Exército, da Aeronáutica; fez-se um programa permanente de aula, sem cessar, para impedir que os militares dominassem a universidade. Depois a situação

ENTREVISTA

agravou-se ainda mais e, então, veio a expulsão. Uma medida arbitrária tomada sem processo, sem defesa, porque não havia acusação.

RRJ – E a senhora, depois do afastamento da universidade, vai para onde?

EL – Primeiro, fiquei aqui no Rio de Janeiro, fazendo tradução simultânea em seminários e congressos para empresas particulares. Numa crise anterior da universidade tive uma experiência de trabalho fora da universidade, na Embaixada da Indonésia, 1955/1956. O presidente Sukarno era uma pessoa interessante, um homem de muito valor, uma pessoa muito culta e, pasmem, um feminista, o maior que já conheci. Um feminista autêntico do mais importante país muçulmano do universo, maior em número de pessoas. Lá, o salário da mulher era maior do que o dos homens, ele inverteu a prática vigente. Fui muito bem recebida pelo adido cultural da Embaixada da Indonésia. Eu já comecei a ganhar mais por ser mulher, os funcionários homens ficavam chateados [risos]; além de uma percentagem pelos diplomas a título de estímulo à educação feminina. Havia uma discrepância enorme em todos os países muçulmanos entre a educação de mulheres e de homens. Ele fez acordos econômicos com o Brasil, no comércio de borracha. Promovia no Dia da Mulher um banquete espetacular. A comida indonésia é uma maravilha. Gostei muito de trabalhar para a Indonésia. Trabalhei também como Conselheira da América Latina em relação à questão da Irian Ocidental (Borneo). Foi um emprego fora do comum. Saí da Embaixada porque Borneo foi conquistada, em 1966. Após alguns meses depois da demissão da UFRJ fui convidada como professora visitante nos Estados Unidos.

RRJ – E a Universidade de Carolina do Sul?

EL – Fui para lá vários anos seguidos. Ficava um semestre por ano. Quando voltava, fazia pesquisa com um grupo de alunos sobre a cidade do Rio de Janeiro que resultou em um livro de mil páginas.

RRJ – Um clássico para os historiadores [*História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978*].

EL – O grupo que trabalhava comigo era muito dedicado e fiquei contente de poder pagá-los em dólar; a cada mês o valor aumentava [risos]. A Ford Foundation foi a instituição que abriu mão do seu estatuto que não permitia concessão de verbas a pessoas que não estivessem vinculadas a algum órgão para financiar essa pesquisa. Eu não pertencia a nenhuma instituição, era autônoma. Os seis

ENTREVISTA

meses que ficava aqui, trabalhava com o grupo e quando partia deixava tarefas. O Rio de Janeiro era muito pouco estudado, sobretudo do ponto de vista econômico. Achamos importante fazer um levantamento básico que incluísse as profissões, a demografia, a economia, a produção, por isso, o trabalho conta com uma parte grande de dados.

RRJ – Nessa pesquisa, a senhora acabou absorvendo pessoas, tais como a Maria Bárbara Levy, que ainda não voltara da França. Várias pessoas trabalharam no livro.

EL – A Bárbara Levy trabalhou numa pesquisa no IFCS. Tinham várias pesquisas coletivas, uma dirigida por mim, sobre o aspecto econômico, e outra pela Ieda [Maria Ieda Leite Linhares] sobre a demografia do Rio de Janeiro. A minha pesquisa era sobre a história econômica dessa cidade. Quando houve a revolução, Muniz de Aragão, então reitor, disse que ia fazer tudo pela autonomia da universidade, poderia até ser preso, que ele jamais deixaria interferir nas pesquisas. Mas, logo cedeu em tudo, uma vergonha. Ninguém estava pedindo aquelas declarações retumbantes; ninguém está obrigado a ser herói. Falar em público com toda pompa para depois permitir o cancelamento das pesquisas no Conselho da Universidade. Os alunos ficaram sem bolsa. Eu fui então solicitar verba a Ford Foundation, que financiou, e em seguida o IBMEC [Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais] complementou; uma instituição brasileira que apoiou as pessoas excluídas das instituições de ensino pelo governo militar. Outras pessoas também tiveram a oportunidade de trabalhar graças ao IBMEC, inclusive Maria Bárbara Levy, que me apoiou..

RRJ – Como a UFF surge em sua vida?

EL – Retornei ao Brasil definitivamente na década de 80. Nos Estados Unidos, trabalhei em diversas universidades, entre as quais a University of California, em Los Angeles, como professora visitante, em 1967, 1974, 1976 e 1982, e a University of South Carolina, em 1967 e 1973. A professora Aydil Preis coordenava a Pós-graduação de História na UFF. Graças a seu caráter e coragem conseguiu manter a qualidade do curso da Fluminense no período da ditadura. Convidou professores estrangeiros que não sofreram perseguição, muitos norte-americanos. Eu não entrei na UFF por concurso, foi por convite. Então, eu não podia ser professora catedrática, fiz uma carreira estranha, fora professora catedrática do IFCS e voltei à universidade brasileira como professora adjunta do ICHF-UFF.

ENTREVISTA

RRJ – Mas a situação no IFCS-UFRJ foi revista mais tarde...

EL – Só com a anistia. E Aydil me contratou antes da anistia, ela renovou a Pós-graduação de História da UFF.

RRJ – Formou-se, nesse processo, um escola de história brasileira referencial na UFF.

EL – O IFCS estava enfraquecido, professores competentes afastaram-se, outros foram expulsos pela ditadura militar. Na volta ao Brasil, fiz um levantamento da produção de história do IFCS e apenas três teses foram defendidas durante o governo militar.

RRJ – No início da década de 1980, houve uma reflexão importante liderada pela UFF, particularmente, tendo à frente a senhora, a Maria Ieda Linhares, a Bárbara Levy, a Ismênia de Lima Martins, Victor Valla, Falcon, grupo que iniciou uma nova história no Brasil. Uma discussão muito mais avançada do que a que era feita em outras instituições.

EL – Ocorreu um processo de revisão profunda da história, questionando o seu caráter científico. O objeto da história, a realidade, seria inalcançável e apenas perceptível o seu reflexo. O espaço e o tempo não existem em si mesmos para esses críticos. O tempo único, universal, foi substituído pelo tempo subjetivo, de curta ou de longa duração, individual ou coletivo, o espaço físico, geográfico, poderia ser recortado em função do objetivo do pesquisador, da disponibilidade de fontes acessíveis. Houve também uma ampliação do objeto da história, incluindo e valorizando temas tais como o gênero, a família e as redes familiares, o cotidiano e o privado, o marginal, os vencidos, os pobres etc. Simultaneamente declinou o interesse pela história econômica. O uso da quantificação em história foi motivo de polêmica, atribuindo-se um caráter político a ela. Creio que não se pode negar a importância de quantificar, e o que estava em jogo na realidade era a natureza do fato histórico, definido, tradicionalmente, como singular, não repetitivo. A quantificação admitia, implicitamente, a inclusão dos fatos repetitivos seriados na categoria de fatos históricos. Creio que é óbvio a existência de ambos. Outro ponto importante foi o da tendência ao predomínio da história local e regional em detrimento da visão de conjunto. Já se esboça uma reação às correntes de pensamento acima mencionadas: formou-se a Associação de Pesquisadores em Economia, cujos membros oriundos de todas as regiões do país têm estimulado o desenvolvimento da história econômica. A história do gênero já ultrapassou a fase do situar a mulher como heroína ou vítima. As biografias e histórias de empresas estão mais entrosadas no quadro socioeconômico-cultural

ENTREVISTA

geral fazendo uma ponte entre a macro e microhistória. A globalização está restaurando a visão universal.

RRJ – Inclusive sobre o movimento operário?

EL – Havia escassa pesquisa sobre este assunto quando orientei o grupo de estudos do “Rio de Janeiro Operário”, no ICHF-UFF. Nessa época predominavam os temas da organização sindical e da legislação trabalhista provavelmente devido, em parte, à origem dos professores – a Escola de Direito. É um ponto interessante, mas não único e já fora muito explorado. Na nossa pesquisa resolvemos centrar a análise em outros aspectos, tais como condições de vida, a questão da consciência operária, a derrubada do sindicato tradicional, as comissões de fábrica etc. Também levantamos na imprensa as poesias, as peças de teatro operárias, publicando artigos e uma antologia da poesia operária, trabalho realizado com excelência por Bernardo Kocher.

RRJ – A senhora integrou o primeiro Conselho Editorial da *Revista do Rio de Janeiro*. Como surgiu esta publicação?

EL – Sim. Um grupo acadêmico que reunia principalmente historiadores, mas também geógrafos, antropólogos tomou essa iniciativa. A revista teve altos e baixos, o que se reflete nas suas três fases; morreu três vezes e ressuscitou. Na primeira fase, o Edmilson [Antonio Edmilson Rodrigues, editor da fase atual] que era, e ainda é hoje, o mais otimista, trabalhou muito para reunir especialistas representativos e conseguiu o financiamento da Xerox. Teoricamente, pensava-se em uma revista que seria uma referência das mais importantes instituições de pesquisa do Rio de Janeiro em história, sociologia, ciências humanas. Na realidade, as instituições não fizeram quase nada, foram os indivíduos que representavam as instituições que trabalharam, elas só figuravam e a Xerox pagou os quatro primeiros números. Recusou-se, porém, a renovar o compromisso, apesar da revista contar com número suficiente de leitores para justificar sua manutenção, ter boa qualidade gráfica e científica, reconhecida em parecer favorável da própria Xerox. Porém, havia um argumento da financiadora que nós não podíamos derrubar: para conseguir isenções de impostos, era mais vantajoso para as empresas adquirir objetos de arte, que se valorizavam com o tempo.

RRJ – Um periódico científico que não agregava muito valor, exceto o acadêmico...

ENTREVISTA

EL – A *Revista Rio de Janeiro* foi lançada em dezembro de 1985, em meio à abertura política. Divulgou matérias originais de história urbana e do Rio de Janeiro em particular, como, por exemplo, a história dos bairros, que ninguém fazia, ou se fazia, era um texto com a preocupação de um toque pitoresco, ou crônicas.

RRJ – Como se formou o núcleo inicial da RRJ?

EL – Edmilson Rodrigues foi uma pessoa fundamental, muito dinâmico, que marchava à frente de todos. O Conselho Editorial era composto por representantes de instituições universitárias do Rio de Janeiro e de Niterói. Edmilson, da UFF; Eduardo Stotz (hoje está na ENSP); Ismênia Martins, da UFF; Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa, representado por Eduardo Silva; Maurício Abreu, da UFRJ; Sérgio Lamarão, da FGV; Marcus Venício Toledo, da Biblioteca Nacional; Robert Pechman, da UFRJ; Mônica Leão e Giovanna Rosso del Brenna. Este era o grupo-base.

RRJ – E como foi a segunda fase da *Revista Rio de Janeiro*?

EL – A primeira ressurreição foi na UERJ. Começou com uma iniciativa grandiosa, convocando o corpo docente das principais instituições de ensino do Rio de Janeiro e Niterói. Na prática, houve uma redução dos colaboradores e do caráter multidisciplinar da Revista. A distribuição era péssima e durou apenas três números. Ela foi financiada nessa fase pela UERJ. Foram quatro números na primeira fase, três na segunda, e essa nova fase começa com o número oito. A primeira fase foi mais inovadora, tanto do ponto de vista temático, quanto do metodológico; era graficamente mais bem-feita.

RRJ - Para a senhora, como deveria ser a *Revista Rio de Janeiro*?

EL - Multidisciplinar, oferecendo vários enfoques, visões e concepções sobre a realidade, rejeitando o exclusivismo dos debates. Acho muito importante também dar oportunidade a novos autores. Deveria abrir espaço para os grandes debates em curso. Pensar em criar uma seção de debates sobre temas em evidência, mas não precisa ser burocraticamente obrigatório ter a seção de debates em todos os números. A *Revista do Rio de Janeiro* podia também publicar resenhas, inclusive de teses e dissertações: muitos textos de valor não são publicados, ficam fechados dentro da gaveta. [RRJ – *De fato, citamos com regularidade a tese de Ana Maria Monteiro, um trabalho*

ENTREVISTA

fundamental que não foi publicado, dirigido aos que estudam a industrialização no Rio de Janeiro.]

RRJ – A senhora é uma carioca dos novecentos, que estudou o Rio de Janeiro desde os setecentos. O que a senhora tem a dizer do Rio de Janeiro do século XXI, como pessoa, como intelectual, de um modo bastante amplo...

EL – Pesquisei a história do Rio de Janeiro do século XVI à década de 1970, tendo colaborado e dirigido a elaboração de um texto intitulado “Rio de Janeiro Operário” publicado pela editora Access. Rio de Janeiro, 1970. Não estudei essa cidade no século XXI, vou ter de pensar um pouco para responder, porque é uma questão muito complexa. Como pessoa, tenho uma posição pouco racional, subjetiva e emocional. É do consenso geral que a qualidade de vida deste centro urbano piorou quanto à segurança pessoal, à presença da violência, aos problemas do dia-a-dia, ao abastecimento. O cotidiano ficou mais difícil. Mesmo assim, eu descubro muitos encantos nas paisagens, nos jardins, na floresta, nas praias. Eu não sinto medo de sair no Rio de Janeiro, saio tarde, freqüentemente vou sozinha a lugares que as pessoas acham perigosos. Ajudei a organizar um seminário na favela da Maré, junto com pessoas da comunidade, até os traficantes passaram por lá, não sei se para assistir ou para verificar o que estava acontecendo [risos]. Eu não tenho medo, mas concordo que há motivos para ter, do ponto de vista lógico. Acho o Rio uma cidade bonita, sobretudo no centro, no sul e no Alto da Boa Vista, apesar de grande parte ter sido destruída e mal reconstruída. Infelizmente, não há uma estabilidade como numa Paris, numa Roma. Até morros, como o do Castelo e de Santo Antônio, foram derrubados, pouco resta do passado. O Rio de Janeiro é bonito do ponto de vista da presença da natureza, que é muito forte. Apesar de toda a violência, me sinto bem aqui. Porém, sou privilegiada; moro num bairro onde não há violência, cada bairro tem a sua história; vivo em condições econômicas boas. Minha secretária mora na Maré e também gosta do Rio de Janeiro e eu também gosto da Maré. Gosto da cidade, não só dos bairros das pessoas privilegiadas, mas do Rio de Janeiro dos pobres também. Quando viajo, tenho prazer em chegar de volta ao Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro está sofrendo um declínio que veio desde a abolição da escravatura, a crise do café, a perda da primazia da produção industrial e do *status* de capital. O deslocamento do eixo para Brasília foi fatal para a antiga metrópole em termos de perda de verbas e de mercado, houve um esvaziamento do *hinterland*, que custa a se sustentar, com a decadência do café, da cana-de-açúcar e da criação do gado. Diferente de outros estados, o Rio de

ENTREVISTA

Janeiro tem um mínimo de continuidade histórica agradável. Temo que tudo seja demolido dentro de pouco tempo e substituído por construções modernas precárias produzidas em massa, como na Barra, dentro de um padrão de globalização. Os problemas de saúde pública, de reurbanização das favelas e dos subúrbios são desafiadores. Alguns economistas julgam que a prosperidade poderia ser resgatada com o turismo e desenvolvimento das atividades educacionais de pesquisa, a revitalização do porto e de algumas linhas de indústria. O Rio de Janeiro foi um posto avançado da colonização portuguesa responsável pela segurança da fronteira sul e mais tarde do ouro; com pequena população basicamente indígena. No século XVII a cidade ficou dependente da economia de plantação de cana e perdeu sua função militar defensiva. A escravidão negra passou a ser sustentáculo da economia. No século XVIII expandiu sua função portuária com o ciclo do ouro e adquiriu importância política como capital da colônia. A imigração portuguesa teve um grande impacto em fins do século XIX e nas três primeiras décadas do XX tornou-se promessa da industrialização e converteu-se em centro cultural cosmopolita. Finalmente, agradeço a oportunidade oferecida pela *Revista Rio de Janeiro* de debater esses temas.